



FÓRUMS – 37º EIA
RELATÓRIO DO FÓRUM POLÍTICAS PÚBLICAS 2022

FÓRUM Nº 08/04/2022 – SALA 1
TÍTULO: FÓRUM POLÍTICAS PÚBLICAS
Coordenadores: BEATRIZ MENDES – REGINA AMANTINI – CARMEN NIELSEN
Relator: TYUANA SANDIM DA SILVEIRA SASSI
Participantes palestrantes: Cláudia Aparecida Ragusa Mouradian, Sulamita Cysneiros das Chagas Santos e Adriana Laybauer Silveira
Quantitativo de participantes (em média): 30

TEMAS DISCUTIDOS (registrar): o Fórum de Políticas Públicas do 37º. EIA discutiu questões relacionadas às reposições de aparelhos de amplificação sonora individuais e acompanhamentos audiológicos. Foi solicitado aos palestrantes presentes que fizessem uma pequena exposição das questões relacionadas nos seus serviços de saúde auditiva. Estavam presentes representantes de serviço do sul, nordeste e sudeste do país. Esses dois itens foram selecionados para discussão no fórum por serem questões de continuidade do serviço, com aumento gradativo de pacientes que necessitam desses serviços devido ao tempo de uso e durabilidade dos AASI, necessidade de monitoramento audiológico e manutenção dos aparelhos. Tais serviços aumentam muito a demanda de atendimento dos serviços e são necessárias estratégias para o melhor atendimento da população.

APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS – Para a discussão de estratégias e aquecimento da discussão, foram convidadas as palestrantes ELIANE TECH CASTIQUINI E CLAUDIA RAGUSA MOURADIAN. As duas palestrantes, representantes de serviços da região sudeste, apresentaram suas experiências no sentido de otimizar e agilizar o atendimento da população. Foram levantadas questões relacionadas ao teleatendimento como estratégia de atendimento no retorno de pacientes para manter o uso dos AASI; e estratégias de atendimento com equipe multidisciplinar no mesmo dia para otimizar o tempo do paciente no serviço. Durante o fórum, as palestrantes Adriana Laybauer Silveira e Sulamita C. das Chagas Santos apresentaram também suas muito diferentes experiências nos serviços das regiões do país, questão importante para discutirmos as diferenças de demandas e realidades do Brasil. Adriana L S apresentou a estrutura do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, que atende a demanda de AASI, sistema de FM (atualmente denominado Sistema de Microfone Remoto), prótese auditiva ancorada no osso (PAAO) e IC. Sugeriu esclarecer melhor as classes de pacientes para seleção de AASI, como por exemplo sujeitos com perda auditiva unilateral para uso do sistema CROS. Em relação à reposição de AASI, sugeriu alterações nos critérios como a remoção do item perda ou roubo do

dispositivo para evitar fraudes, mantendo reposição a possibilidade de reposição sem tempo definido apenas para crianças e idosos; sugeriu retirar o item reposição por falha técnica ou estipular um valor mínimo de custo com a manutenção para que a reposição seja realizada.

Sulamita apresentou o serviço Hospital São José de Aracaju, habilitado para triagem auditiva neonatal, diagnóstico audiológico, AASI, sistema FM e IC. Apresentou os problemas relacionados a atraso no pagamento aos fornecedores acarreta suspensão do serviço; prazo longo para autorização das triagens pela UBS; falta de pilhas para teste e/ou revisão. Sugeriu a necessidade de um banco de AASI para empréstimo; tempo menor para retorno da assistência técnica e conserto dos equipamentos em uso no serviço.

Claudia abordou em sua palestra o itinerário do usuário dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) enfatizando a regulação, a otimização dos processos e necessidade do funcionamento da contrarreferência. Realizou algumas reflexões advindas de um estudo de caso sobre os serviços de reabilitação elencando a ausência de recomendações de gestão, organização, indicadores de qualidade, aspectos indispensáveis para a reabilitação e concluiu que a reorganização do serviço permitiu a redução na frequência do retorno do paciente, redução do tempo entre a entrada e a dispensação dos AASI e favoreceu o aumento na oferta de vagas. Em outro estudo que identificou necessidades de melhorias na organização e otimização do serviço visando favorecer a continuidade do uso dos AASI e sugeriu estratégias de adesão ao tratamento, como por exemplo: grupos de aconselhamento anual, o “Pronto Socorro do AASI” e o agendamento de consultas para diferentes procedimentos no mesmo dia.

DISCUSSÕES REALIZADAS NO FÓRUM

Algumas pessoas presentes assistindo ao fórum de discussões apresentaram informações de seus serviços em Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro, trazendo problemas relacionados às reposições e acompanhamento audiológico.

Foram sugeridas algumas possibilidades de aprimoramento dos serviços nos municípios e estados, como por exemplo, **1. manutenção dos AASI nas UBS com fonoaudiólogos cadastrados** ou profissionais treinados na Atenção Básica, sendo importante a discussão em relação ao custeio desses pequenos procedimentos realizados nos serviços de menor especialidade. Além disso, há a necessidade do registro de procedimento de pequenas manutenções para que o Ministério possa acompanhar a realização desses procedimentos considerados mais simples, mas que são fundamentais para a continuidade do uso do dispositivo. Existe a verba de manutenção disponível, que o serviço pode pactuar com seu gestor que pode ser usada conforme a necessidade do paciente e orçamento disponível.

A experiência apresentada pela relatora do Fórum Tyuana no HRAC Bauru que possibilitou a diminuição dos retornos ao serviço com a introdução da Teleconsulta na rotina dos agendamentos, a qual é destinada à resolução de pequenos problemas, orientações e o envio de vídeos informativos com orientações simples referentes à troca do tubo dos moldes, limpeza, troca de filtros, entre outros.

Outro ponto discutido foram os **2. Critérios para a reposição de AASI**. Foi feita uma sugestão por um profissional da PUC-GO relatou que conseguiu reduzir o número de reposições em seu serviço a partir do monitoramento mais próximos por meio de guia de orientações e reuniões com assistente social, psicólogas e fonoaudiólogas e sugeriu que o serviço de saúde auditiva possa ser determinado pelo serviço de saúde auditiva. Deve-se considerar que alterações na portaria determinando o tempo mínimo para a reposição dos AASI poderiam melhorar o comportamento inadequado de alguns indivíduos que necessitam de reposição devido ao descaso e mau uso do AASI, contudo, poderia prejudicar alguns indivíduos usuários conscientes ou, por exemplo, uma criança em fase de desenvolvimento que por uma intercorrência teve o seu AASI danificado; e sugerimos que os critérios devem ser de acordo com a realidade de cada serviço e a decisão muitas vezes necessita do envolvimento da equipe multiprofissional. Por exemplo, serviços do Norte e Nordeste do país podem ter maiores problemas com umidade por serem lugares quentes e os aparelhos podem ter durabilidade menor. Beatriz relatou a experiência do município de SP, cuja SMS organizou os critérios de reposição com o fórum de gestores dos serviços do município, estabelecendo 3 anos para crianças e em adultos entre 4 ou 5 anos, após a avaliação técnica dos dispositivos. Salientou que a articulação com o gestor é de suma importância. Tyuana pontuou que as responsabilidades do paciente em relação ao manuseio e uso do dispositivo devem constar no formulário de adaptação/reposição no qual consta a assinatura e ciência do mesmo. Sulamita ressaltou a necessidade de acompanhantes durante as consultas para assegurar a compreensão das orientações. Beatriz enfatizou que embora tenha sido estendida a faixa etária para a adaptação do sistema FM, ainda não é permitida a reposição pois não foi disponibilizado um código específico para este procedimento. Tyuana confirmou essa informação e referiu que no documento que será enviado ao Ministério constará a solicitação da disponibilização do código SUS para a reposição do sistema FM.

O terceiro ponto discutido **3. Documentação específica para a doação de AASI – Banco de AASI**. Um profissional da plateia questionou o que é necessário para a criação do “Banco de AASI” e quais documentos são necessários para o aceite das doações dos dispositivos. Cláudia e Sulamita relataram que no serviço em que atuam há um documento de doação que deve ser assinado pelo paciente ou família formalizando a doação do dispositivo que foi concedido ao paciente.

E o último ponto discutido foi **4. Acompanhamentos frequentes e a reposição de moldes**. Os serviços presentes apontaram questões relacionadas ao número crescente de pacientes no serviço, que uma vez que receberam os dispositivos no

local, comparecem anualmente para a reposição de moldes e acompanhamento audiológico, além de solicitações de exames para a obtenção de benefícios do governo. No caso dos moldes, o envolvimento da Atenção Básica foi apontado como uma possibilidade de análise dos tubos flexíveis, substituição e orientações sobre uso e limpeza. Em relação ao acompanhamento audiológico, os serviços têm resolvido os pequenos problemas com atendimento sem agendamento, pronto atendimento, mas a necessidade de consulta médica e avaliação audiológica periódica não pode ser excluída.

ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS (*check list*)

- Incluir na tabela de procedimentos, medicamentos e OPM do Sistema Único de Saúde a REPOSIÇÃO DO SISTEMA DE MICROFONE REMOTO (antigo Sistema FM);
- Possibilitar o registro de procedimentos de manutenção, como troca de tubos e filtros;
- Abrir a discussão entre o comitê técnico e o MS a adequação de reposição de AASI considerando necessidades da população infantil, adultos e idosos;
- Orientação jurídica do MS em relação à doação dos aparelhos que não estão sendo para o serviço que os concedeu quando o paciente receber outro ou deixar de usar por falecimento.

Tópicos discutidos no Fórum anterior (2021) foram retomados? Sim
As deliberações determinadas foram atendidas? Em parte.

- 1- Autorização do CER na concessão dos processadores de som de próteses auditivas ancoradas ao osso acoplados com banda elástica – AINDA NÃO FOI CONTEMPLADO.
- 2- Revisão dos critérios de indicação das PAAO nas Diretrizes Gerais para a Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva no SUS (incluir malformação unilateral e indivíduos com otite média crônica que não se beneficiam com os AASI) – AINDA NÃO FOI CONTEMPLADO
- 3- Alteração da nomenclatura de sistema de frequência modulada pessoal para sistema de microfone remoto – RESOLVIDO NA NOVA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA
- 4- Autorização da reposição dos sistemas de microfone remoto - NÃO FOI CONTEMPLADO

Se não foram atendidas, registrar dificuldades apontadas:

Sugerimos que o documento seja novamente encaminhado ao Ministério da Saúde para que sejam retomadas as discussões sobre as próteses ancoradas no osso e a reposição do sistema de microfone remoto.

Principais deliberações acordadas no Fórum (2022) (registrar):

- Retomar a discussão da reposição do SISTEMA DE MICROFONE REMOTO (antigo Sistema FM);
- Possibilitar o registro de procedimentos de manutenção, como troca de tubos e filtros na tabela de procedimentos SUS;



- Solicitar a orientação jurídica do MS em relação à doação dos aparelhos que não estão sendo utilizados para o serviço que os concedeu quando o paciente receber outro ou deixar de usar por falecimento.

O fórum foi finalizado às 18:30.

FÓRUM Nº 08/04/2022 – SALA 1

TÍTULO: FÓRUM POLÍTICAS PÚBLICAS

Coordenador presente: BEATRIZ MENDES

Relator: TYUANA SANDIM DA SILVEIRA SASSI

Participantes palestrantes: Cláudia Aparecida Ragusa Mouradian, Sulamita Cysneiros das Chagas Santos e Adriana Laybauer Silveira.